



No Acre e no Amapá, a floresta não é intocável. Mas é respeitada e dá lucro

NASCIMENTO DA FLORESTANIA

O poder do verde

Cristina Ávila e Marcos Savini
Enviados especiais

Rio Branco e Macapá — Existem dois estados brasileiros, o Acre e o Amapá, onde o desenvolvimento sustentável vai além dos discursos ou da atuação restrita das secretarias de Meio Ambiente. A proposta de desenvolver a economia sem sacrificar a floresta está literalmente no poder, nesses dois estados. No Acre, graças a uma longa tradição de luta das comunidades extrativistas. No Amapá, o desenvolvimento sustentável está por trás de todas as políticas públicas desenhadas pelo governo de João Alberto Capiberibe (*leia entrevista abaixo*).

Quando assumiu o governo, em 1995, Capiberibe, que é do PSB, encontrou uma dívida de R\$ 150 milhões e uma economia nada dinâmica — que representa apenas 0,09% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Em compensação, o Amapá tem 98% de sua floresta preservada e uma população acostumada a viver dela. A saída, que vem dando certo (a média de crescimento anual é de 7%, contra um crescimento de 0,3% do Brasil em 1999), foi incentivar empreendimentos onde a população extrativista é quem manda, e lucra. Por exemplo: no início do governo, as carteiras e mesas das escolas do Amapá eram compradas no Paraná. Para incentivar a extração racional da madeira e, ao mesmo tempo, desenvolver a indústria moveleira local, todos os móveis passaram a ser comprados no próprio estado.

Nos últimos anos, o estado investiu cerca de R\$ 1 milhão em projetos de três cooperativas de extrativistas — como a usina de desidratação da castanha em Laranjal do Jari e a fabricação de biscoito (que é comprado pelo governo para a merenda escolar) — e na reserva do Irapuru. No Amapá, até em concurso público a prova sobre meio ambiente é a que conta mais pontos no resultado final. “Aqui, desenvolvimento sustentável não é marketing, está no cotidiano das pessoas”, explica Capiberibe.

TERRA E GUERRA

No Acre, a tradição do extrativismo é longa. Aliás, o estado é brasileiro por causa de uma insurreição de seringueiros. Os trabalhadores que extraem o látex ganharam em guerra as terras antes bolivianas. Mais de meio século depois, tiveram que resistir a ataques de motosserras para manter a floresta conquistada. Passo a passo, ganharam a mata. E o poder político do estado.

Os 315 mil eleitores do estado elegeram seringueiros para comandar o Acre. A senadora Marina Silva (PT), nascida no extinto seringal Bagaço, em Rio Branco, já é conhecida internacionalmente por sua luta pela preserva-

Nehil Hamilton 7.2.00



Fábrica de beneficiamento de borracha no Acre: ajuda governamental muda economia da selva

ção ambiental. A capital tem ainda uma seringueira na presidência da Câmara Municipal, Gisélia Nascimento, nascida no seringal Novo Andirá, município de Porto Acre. Vereadores e prefeitos foram eleitos no interior.

Mas o poder de comando dos seringueiros é ainda maior: o governador Jorge Viana (PT) e o senador Sebastião Viana (PT-AC) também defendem a proposta dos povos da floresta. Um projeto que na realidade não é só dos seringueiros, mas toma conta do povo do Acre. Todos eles formam um conjunto que durante três décadas vem fazendo um trabalho de formiguinha apoiado em organizações não-governamentais

(ONGs) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Uma das mais antigas ONGs é o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), que tem 17 anos no estado.

A história recente do Acre começa nos anos 70, quando fazendeiros do Sul do país chegaram ao estado, com incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). “Os fazendeiros levaram jagunços que expulsaram ou mataram as famílias que viviam na região há mais de 30 ou 50 anos. Criou-se uma situação de medo e terror”, deixou escrito Chico Mendes.

Chico foi o seringueiro assassinado por grupos de extermínio em dezembro de 1988. Ele rece-

beu o Prêmio Global 500, da Organização das Nações Unidas, denunciou crimes contra toda a Amazônia, como a derrubada de 70 mil seringueiras, 80 mil castanheiras, mais de 1 milhão de madeiras de lei, em apenas cinco anos, em Xapuri.

Na mesma época, nasciam as CEBs. Os padres adeptos da Teologia da Libertação iam para as matas discutir problemas sociais. “A gente rezava e discutia a opressão”, conta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e vereador, em terceiro mandato, Raimundo Brito.

Junto com Chico Mendes, ele participava de *empates* (com mulheres e filhos, seringueiros

iam para a frente de motosserras impedir desmatamentos) entre 1975 e 1989.

“Não havia mortes nos *empates*. Os jagunços matavam na tocaia. Morreu muita gente”, lembra Júlio Barbosa de Aquino, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri quando Chico era o presidente (entre 1983 e 1988). Hoje, Júlio é prefeito de Xapuri.

ESCOLA NA SELVA

O CTA levou escola para a selva. Nos anos 80, formava professores com os recursos que tinha, orientando seringueiros semi-analfabetos a dar aulas para crianças e adultos. Contribuiu com a saúde. Trabalho lento, em lugares de acesso muito difícil. Conseguiu façanhas. Hoje, na Reserva Extrativista Chico Mendes, fabricam-se cápsulas de copaíba, pomadas, sabonetes e xampus com essências da floresta. Em Xapuri, as usinas de beneficiamento de castanha e borracha são dos próprios seringueiros, que empregam os filhos.

“Estava tudo parado desde 1995. Recomeçamos a trabalhar há dez meses. Fizemos campanha para melhorar a qualidade; o produto não prestava. Hoje está de acordo com as exigências da Pirelli. E deu emprego para quem estava desempregado”, conta o gerente de Produção da usina de borracha, Auricélio Barbosa. Os seringueiros fornecem 25 toneladas de borracha beneficiada para a empresa, que é uma das grandes fabricantes de pneus do país.

“Nossa luta tem 100 anos”, ressalta o prefeito Júlio Barbosa. Ele refere-se a antigos movimentos em defesa do Acre. As lutas começaram em 1899, por seringalistas (patrões). No mesmo ano, o líder Luiz Galvez proclama o Estado Independente do Acre, que acaba derrotado pelo próprio governo brasileiro. Mais estratégico, em 1901, Plácido de Castro arregimenta um exército de seringueiros (trabalhadores) para lutar. E sai vitorioso em 1902.

Por questões diplomáticas, a Bolívia aceita um acordo: 20 milhões de libras e o direito de cruzar o Brasil pela Estrada de Ferro Madeira Mamoré para chegar ao Atlântico. Ainda existem equipamentos e trecho da ferrovia em Rondônia, que nunca deu acesso para os bolivianos ao mar.

E a luta continua. “Chico Mendes é o símbolo de uma resistência que vem se construindo. E que não está restrita ao Acre, é da Amazônia”, enfatiza Marina Silva. Ela cita como exemplo o Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex), do Fundo Constitucional do Norte (FNO), que tem recursos administrados pelo Banco da Amazônia. Foi criado em 1996. Uma proposta da senadora, com a contribuição do governador Capiberibe, na época em seu primeiro mandato.

ENTREVISTA/João Alberto Capiberibe

“Um hectare de floresta em pé rende muitíssimo mais que um hectare com soja”

Correio Braziliense — Seu governo investe em cooperativas para dinamizar a economia sem destruir a floresta. Por que este é o melhor modelo para a Amazônia?

João Alberto Capiberibe — Nós apostamos no modelo da montagem das cadeias produtivas agregando valor à produção local. Até recentemente, o castanheiro trocava um hectolitro (cerca de 60 quilos) de castanha por uma lata de leite em pó, o que hoje equivale a R\$ 3,00. A relação era desigual e a comunidade empobrecia cada vez mais. Hoje o mesmo hectolitro rende 20 vezes mais, porque eles transformam a castanha em biscoito, em óleo. O mesmo acontece com todos os outros produtos da floresta — a borracha, o açaí, a copaíba, a andiroba.

Correio — O extrativismo pode ser mais rentável que a soja ou a madeira?

Capiberibe — No Amapá está proibida a soja. Não vamos converter a floresta em soja para engordar as vacas europeias. Um hectare de floresta em pé rende muitíssimo mais do ponto de vista econômico que um hectare plantado de soja. Nosso negócio é preservar a floresta e extrair dela produtos que nos permitam gerar emprego, movimentar a economia e distribuir renda.

Correio — Como lucrar com a floresta sem destruí-la?

Capiberibe — É preciso criar planos de manejo e agregar valor à produção. Por exemplo: estamos agora trabalhando na valorização da cadeia do camarão. Um pescador vende o camarão entre R\$ 0,30 a R\$ 1,20 o quilo. Dependendo da época, ele tem até de alimentar os porcos de sua casa com camarão, porque não tem mercado. Nossa proposta é beneficiar o camarão aqui mesmo — produzindo sopa de camarão desidratado ou

Jorge Cardoso 24.9.98



Capiberibe: críticas à inexistência de políticas regionalizadas

camarão em conserva.
Correio — Por que esse modelo ainda não está

disseminado?
Capiberibe — O governo brasileiro nunca teve políticas regio-

nalizadas de crédito para as culturas da Amazônia, para a plantação de cupuaçu ou açaí. Muito recentemente o governo federal criou o Programa para o Extrativismo (Prodex), que ainda não teve o efeito desejável.

Correio — Os projetos das cooperativas contam com ajuda financeira estadual, federal ou internacional. Eles têm condições de caminhar sem subsídios?

Capiberibe — Eles estão se preparando. Sabem que o apoio que o governo está dando tem limite. O que precisa ser entendido pelas lideranças políticas da Amazônia e do país é que a economia da floresta é rentável. Temos centenas de produtos para explorar, e estamos apenas começando. Tudo depende de investimento. Em 1995, quando assumi o governo, não tinha dinheiro para nada, só uma dívida de R\$ 150 milhões. Mas para pesquisa não faltou.

LEIA AMANHÃ: Como os extrativistas convivem com o Jari, projeto de desenvolvimento nada sustentável